

Anais da Assembléia

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 22 DE AGOSTO DE 1973

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSÕES PERMANENTES

3.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur
1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima
2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reihardt
1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato
2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)
3.º SECRETÁRIO — David Federmann
4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Costa
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)
Ivo Thomazoni — Ovidio Franzoni — Antonio Lopes Jr. — Erondy Silvério
— Quielse Crisostomo — Igo Losso — Wilson Fortes — Paulo Camargo
— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.).

SUPLENTE S

Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Borsari Neto — Fuad Nacli —
Xenofonte Villanueva — Francisco Escorsin — Fabiano Braga Côrtes —
Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Rita Celestino Soares
REUNIÕES — As quartas-feiras

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)
Fuad Nacli — Fabiano Braga Côrtes — Borsari Neto — Erondy Silvério —
Francisco Escorsin

SUPLENTE S

Xenofonte Villanueva — Antonio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Ba-
raniuk — Igo Losso — Antonio Costa — Antonio Belinati (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Elcy Silva Batista
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Maciel
VICE-PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)
Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Arizone Araújo

SUPLENTE S

Fuad Nacli — Borsari Neto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin —
Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Ney Rodrigues
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Lopes Jr.
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)
Cláudio Ferreira — Antonio Maciel — Rosário Pitelli

SUPLENTE S

Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni — Sebas-
tião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Maria Aparecida R. G. Amaral
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)
VICE-PRESIDENTE — Gabriel Manoel
Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.) — Alvaro Dias (M.D.B.)

SUPLENTE S

Antonio Lopes Jr. — Ovidio Franzoni — Maurício Fruet (M.D.B.) — An-
tonio Belinati (M.D.B.) — Nelson Buffara (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Aglides de Oliveira Martins
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Arizone Araújo
VICE-PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)
Wilson Brandão — Xenofonte Villanueva — Ovidio Franzoni

SUPLENTE S

Marciano Baraniuk — Antonio Costa — Basílio Zanusso — Aguinaldo P.
Lima — Maurício Fruet (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Elza Carneiro Camargo
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

PRESIDENTE — Xenofonte Villanueva
VICE-PRESIDENTE — Maurício Fruet (M.D.B.)
Paulo Poli — Marciano Baraniuk — Wilson Brandão

SUPLENTE S

Lázaro Dumont — Francisco Escorsin — Borsari Neto — Wilson Fortes
— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Maria Stella do Amaral Gurgel
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

PRESIDENTE — Quielse Crisostomo
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)
João Fadel — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Francisco Escorsin
— Gilberto Carvalho

SUPLENTE S

Paulo Poli — Antonio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo P. Lima —
Rosário Pitelli — Antonio Lopes Jr. — Sebastião R. Júnior (M.D.B.)
REUNIÕES — As terças-feiras
SECRETÁRIO — Terezinha Barbosa Moura e Claro

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
VICE-PRESIDENTE — Arthur de Souza
Antonio Costa — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara (M.D.B.)

SUPLENTE S

Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Maurício Fruet (M.D.B.)
— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Lóris Cordeiro de Barros
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Gilberto Carvalho
VICE-PRESIDENTE — Iris M. Caldart (M.D.B.)
Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

SUPLENTE S

Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont — Antonio Lopes Jr.
— Alvaro Dias (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Lélcio Guimarães Sotto-Maior
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

PRESIDENTE — Paulo Poli
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
João Fadel — Arthur de Souza — Aguinaldo P. Lima

SUPLENTE S

Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antonio Maciel — Quiel-
se Crisostomo — Domicio Scaramella (M.D.B.)
SECRETÁRIO — José Tavares Canto Filho
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

PRESIDENTE — Borsari Neto
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
Aguinaldo P. Lima — Lázaro Dumont — Arthur de Souza

SUPLENTE S

Antonio Maciel — Arizone Araújo — Wilson Brandão — Wilson Fortes —
Domicio Scaramella (M.D.B.)
Divisão das Comissões, em 23 de março de 1973

3.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura Ata da 144.ª Sessão (Extraordinária) Realizada em 22 de Agosto de 1973 — 4.ª-Feira

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretária pelos srs. Deputados Jorge Sato e Rosário Pitelli.

As 14,00 horas, é registrada a presença dos seguintes srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Jorge Sato — Muggiati Filho — Hélio Manfrinato — Aguinaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antonio Belinati — Antonio Costa — Antonio Lopes Junior — Antonio Maciel — Arizone Araujo — Armando Queiroz — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Domicio Scaramella — Emilio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Cortes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Iris Caldart — Ivo Tomazoni — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomel — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Mauricio Fruet — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Quielse Crisóstomo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão — Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva. (42); achando-se ausentes os srs. Deputados: Odilon Reinhardt — David Federmann — Ivo Rocha — Igo Lasso e João Fadel. (5).

Cerificada a existência de número legal o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA, destinada à apreciação de Vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária, anterior que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

com a presença de 42 srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

Discussão única — da Proposição n.º 160-73 Veto aposto ao Projeto de Lei n.º 274-70, de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, que cria o Ginásio Estadual de Ivaté, Distrito de Umuarama, Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. — Encerrada a discussão. — Em votação. — Rejeitado o Projeto mantido o Veto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 23, quinta-feira às 14,00 horas com a seguinte

ORDEM DO DIA:

Discussão única — da Proposição n.º 1962-73.

Levanta-se a Sessão

3.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura Ata da 145.ª Sessão Ordinária Realizada em 22 de Agosto de 1973 — 4.ª-Feira

Presidência do Sr. Deputado João Mansur secretariada pelos srs. Deputados Jorge Sato e Muggiati Filho.

A Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Jorge Sato — Muggiati Filho — Hélio Manfrinato — Aguinaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antonio Belinati — Antonio Costa — Antonio Lopes Junior — Antonio Maciel — Arizone Araujo — Armando Queiroz — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Domicio Scaramella — Emilio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Cortes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Iris Caldart — Ivo Tomazoni — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomel — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Mauricio Fruet — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Quielse Crisóstomo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão — Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva. (42); achando-se ausentes os srs. Deputados Odilon Reinhardt — David Federmann — Ivo Rocha — Igo Lasso e João Fadel. (5).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

MENSAGEM:

MENSAGEM 74-73

Curitiba, 17 de agosto de 1973.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que visa majorar, para o equivalente a 3 (três) salários mínimos fixados para a Capital do Estado, o valor das pensões mensais de que tratam as leis n.ºs 4.763, de 5 de novembro de 1963 e 54-63, de 22 de novembro do mesmo ano e art. 2.º, da Lei n.º 5.155, de 16 de junho de 1965.

O Plano de Lei ora submetido a essa Augusta Casa é altamente significativo e consulta plenamente aos superiores interesses da Administração eis que, consubstanciando o resultado de estudos feitos sobre a matéria, visa atualizar, de forma justa e racional, o valor das pensões concedidas com base nas referidas leis a viúvas de ex-deputados Estaduais ou de ex-Presidentes, Interventores ou Governadores do Paraná, pensões essas que, de longa data, estão com seus valores inalterados, razão pela qual não vem proporcionando as pensionistas o benefício almejado.

A fixação do valor das pensões sob a forma de vinculação ao salário mínimo, constitui-se fator que merece ser devidamente ressaltado, pois do-

ravante os reajustamentos serão efetivados automaticamente e portanto não mais dependerão de lei estadual específica.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) — EMILIO GOMES

Governador do Estado

PROJETO DE LEI

Art. 1.º. O valor das atuais pensões de que tratam as leis n.ºs 4.763, de 5 de novembro de 1963 e 54-63, de 22 de novembro do mesmo ano, fica elevado para o equivalente a três salários mínimos fixados para a Capital do Estado.

Art. 2.º. As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão a conta das verbas próprias consignadas no Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Comissão de Constituição e Justiça

OFÍCIOS:

Sob os n.ºs 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231 e 232-73 do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE os projetos de lei n.ºs:

178-72: Do Senhor Ex-Deputado Cândido Manuel Martins de Oliveira, que visa vigorar pelo prazo improrrogável de 5 (cinco) dias, as disposições do artigo 124 e seu parágrafo único, da Lei n.º 5.849, de 25 de setembro de 1968 — Estatuto do Ministério Público, a fim de permitir que os Agentes do Ministério Público que não quiserem se sujeitar à proibição do exercício da advocacia privada, sejam colocados em disponibilidade com vencimentos básicos proporcionais à idade de um trinta avos por ano de serviço. — A C.C.J.
53-73: Do Senhor Deputado Erondy Silvério, que visa assegurar ao funcionário ex-integrante da Força Expedicionária brasileira, a incorporação, por ocasião da aposentadoria, da gratificação prevista no artigo 172, inciso III da Lei n.º 6.174 de 16 de novembro de 1970. — A C.C.J.

148-72: Do Senhor Deputado Arizone M. Araujo que visa transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem para fins de conservação e melhoria, o trecho da Estrada que liga Francisco Beltrão a Itapejara do Oeste. — A C.C.J.

207-72: Do Senhor Deputado Arizone M. de Araujo que visa transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação e melhoria, a estrada que partindo de Realeza, passa pelo Município de Capitão Leônidas Marques e alcança o Distrito de Santa Tereza, no Município de Cascavel numa extensão de 90 km aproximadamente. — A C.C.J.

116-71: Do Senhor Deputado Odilon Reinhardt que visa estadualizar o Ginásio Cineasta de Santa Tereza com sede no Distrito de Santa Tereza, Município de Cascavel. — A C.C.J.

14-73: Do Senhor Deputado Quielse C. da Silva que visa conceder uma pensão mensal do valor de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros), ao ex-expedicionário Teodoro Antunes. — A C.C.J.

7-73: Do Senhor Ex-Deputado Cândido M. Martins de Oliveira, que visa conceder uma pensão mensal de Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros), à Senhora Edviges Vitolawski, ex-Professora primária do município de Almirante Tamandaré. — A C.C.J.

51-72: Do Senhor Deputado Quielse C. da Silva, que visa o alargamento da estrada que liga o Distrito de Santa Zélia do Município de Astorga, à sede do Município de Guaraci. — A C.C.J.

149-72: Do Senhor Deputado Arizone M. de Araujo, que visa transferir à responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação e melhoria, o trecho de estradas que liga Francisco Beltrão e Ampere, via Jacutinga. — A C.C.J.

317-66: Do Senhor Deputado Paulo Camargo que visa transferir à responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação e melhoria, a estrada com a extensão aproximada de 8 (oito) quilômetros que liga as sedes dos Municípios de Quatro Barras e Campina Grande do Sul. — A C.C.J.

140-71: Do Senhor Deputado Odilon Reinhardt que visa criar uma Inspeção Regional de Ensino, com sede no Município de Capanema e jurisdição dos Municípios de Planalto, Pérola do Oeste, Santa Isabel do Oeste, Realeza e Capitão Leonidas Marques. — A C.C.J.

207-72: Do Senhor Deputado Arizone M. de Araujo que visa transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem para fins de conservação e melhoria a estrada que partindo de Realeza, passa pelo Município de Capitão Leônidas Marques e alcança o Distrito de Santa Tereza, no Município de Cascavel, numa extensão de 90 km aproximadamente. — A C.C.J.

Sob o n.º 1110, do Senhor Euro Brandão, comunicando haver assumido as funções de Secretário de Estado dos Negócios dos Transportes de Estado do Paraná. — Ao conhecimento da Casa.

Do Senhor Vereador Raul Ferreira de Melo, da Câmara Municipal de Quinta do Sol, encaminhando requerimento n.º 10-73, o qual foi enviado à Presidência da República e ao Ministério da Justiça, solicitando uma reconsideração constitucional que permita aos Vereadores de modo geral, o direito de remuneração que recompense os gastos de assistência que são obrigados a fazer para atender as necessidades do eleitorado menos favorecidos pela sorte, visto que a ausência de recursos assistenciais dos municípios pequenos os obriga a isso, enquanto que os Municípios maiores dispõem de todos os recursos sociais. — Ao conhecimento da Casa.

REQUERIMENTOS:

— de autoria do Senhor Deputado Antonio Lopes Júnior, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 74-73.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, requer a Vossa Excelência a consignação na Ata dos trabalhos desta Sessão, voto de congratulações à Diretoria da Caixa Econômica Federal do Paraná, pela inauguração hoje, da filial de Cianorte.

Município em franco desenvolvimento econômico Cianorte de há muito reclamava o funcionamento, em seu Município, deste importante estabelecimento de crédito que vem prestando inestimáveis serviços ao povo brasileiro. Pela concretização desse feliz acontecimento solicito, ainda, a Vossa Excelência, que se dê ciência da decisão da Casa aos dirigentes da Caixa Econômica Federal do Paraná, em Curitiba e Cianorte.

Sala das Sessões, em 22 de agosto de 1973.

(a) — Hélio Manfrinato

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, requer, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário seja consignado na Ata dos trabalhos da presente Sessão um voto de congratulações ao Ilustre militar e destacada figura da vida pública paranaense, General Luiz Carlos Tourinho, no momento, em que, consagrando seus inegáveis méritos de oficial superior de nosso Exército portador de brilhante carreira a serviço da pátria, o presidente Emílio Garrastazu Médici vem de agraciá-lo com valioso título de Comendador do Mérito Militar, por indicação unânime do Conselho do Mérito Militar.

Esta honraria não só recai em vulto dos mais expressivos do glorioso Exército Brasileiro, como traduz um ato de inteira justiça a que, quer como militar, quer como político e administrador, marcou em nosso Estado uma vida preta de úteis e vitoriosas realizações.

Outrossim o requerente solicita seja dado conhecimento ao homenageado da decisão da Casa.

Sal a das Sessões, em 22 de agosto de 1972.

(a) — Santos Lima

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições regimentais, requer a consignação na Ata dos trabalhos, um voto de regozijo pela instalação do 2.º Grupamento de Fronteira, unidade do Glorioso Exército Nacional, na cidade de Cascavel, em data de ontem, dando ciência ao General Jofre Sampaio seu comandante.

Sala das Sessões, em 22 de agosto de 1973.

(a) — Iris Caldart.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso das suas prerrogativas regimentais, depois de ouvido o Plenário, requer, que por ofício desta Casa seja encaminhado apelo ao Exmo. Senhor Secretário dos Transportes, Engenharia Euro Brandão e ao Diretor Geral do Departamento de Estradas do Rodagem, Engenheiro Paulo Procopiak de Aguiar, reiterando nossas solicitações anteriores, para que seja dado início à pavimentação asfáltica do trecho Rodoviário que liga a BR-277 ao lugar denominado Passa-sete, no Município de Morretes, com uma extensão de 2.800 metros.

Sala das Sessões, em 21 de agosto de 1973.

(a) — Fabiano Braga Cortes

JUSTIFICATIVA:

Como dizemos em nossa proposição, já de outras vezes fizemos o mesmo apelo e, esse apelo mereceu acolhida dos ilustres antecessores dos Engenheiros que, atualmente e com reconhecida capacidade, comandam a Política Rodoviária Governamental.

Temos conhecimento de que os estudos e os levantamentos necessários já estão concluídos, resta que as obras sejam iniciadas, para que seja concretizada uma justa reivindicação dos Municípios de Morretes e Antonina, que além de tudo virá beneficiar todo o nosso Litoral, aproximando a Capital do Estado às localidades de Cacatu, Porto Tagaça — Serra Negra e Guaraquegaba. Será esse mais um passo na efetivação da BR-101 em território paranaense, e assim, pelo apoio que tivemos manifestamos os nossos agradecimentos.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, requer que a Mesa enderece, ao Ilustre Diretor Superintendente do Instituto de Previdência do Estado do Paraná, Dr. José Maria de Azevedo, apelo no sentido de dotar o Município de Telmaco Borba de um posto de atendimento do referido órgão previdenciário, tendo em vista o elevado número de servidores estatais ali radicados ou, de qualquer modo, ali relacionados.

Sala das Sessões, em 22 de agosto de 1973.

(a) — Fabiano Braga Cortes

PROJETOS DE LEI:**Projeto de Lei n.º 180-73**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir para a jurisdição da circunscrição de trânsito do Município de Maringá, o serviço de trânsito dos Municípios de Itaguajé, Santa Inez e Santo Inácio.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de agosto de 1973.

(a) QUELSE CRISOSTOMO

JUSTIFICATIVA: — A vida administrativa e econômica dos Municípios mencionados no presente Projeto de Lei, está intimamente ligada ao Município de Maringá. Por isso submetemos à apreciação dos nossos Nobres Pares esta medida, que esperamos ver aprovada.

Projeto de Lei n.º 181-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica criada a aposentadoria, ao final de carreira, aos expedicionários da Marinha Mercante, Marinha de Guerra, Aeronáutica e Exército que prestaram serviços ao Estado do Paraná.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de agosto de 1973.

(a) — Antonio Belinati

JUSTIFICATIVA:

Tal medida prende-se ao fato de que os expedicionários são homens que lutaram e muito pelo nosso País, e hoje no declínio da vida, já não encontram oportunidades para continuar a luta do dia a dia, a luta pela sobrevivência, pois todos nós sabemos que muitos deles trazem cicatrizes e quantos outros estão mutilados, o que dificulta, e por que não dizer torna-se impossível encontrar um trabalho, tendo em vista que estão em idade avançada.

Assim pois, levamos o presente Plano de Lei à consideração dos Nobres Pares, esperando que se lhe dê o indispensável apoio e final aprovação.

Projeto de Lei n.º 182-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir por doação à Fundação Educacional do Estado do Paraná — FUNDEPAR — o terreno situado no quadro urbano da sede do Município de Querência do Norte, medindo 120 metros para a Rua Fortaleza, 120 metros para a rua Vitória, 80 metros para a Rua Alagoas e 80 metros para a rua Mato Grosso, transcrito sob o n.º 7.452, de 17 de novembro de 1967, na Circunscrição do Registro de Imóveis da Comarca de Loanda, com a finalidade de nele ser construída uma unidade escolar e demais instalações de ensino.

Art. 2.º — Da escritura de doação deverá constar disposição que obrigue a donatária a utilizar o imóvel, referido no artigo anterior, exclusivamente para os fins ali estabelecidos, sob a pena da Lei.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 14 de agosto de 1973

(a) — Wilson Fortes

JUSTIFICAÇÃO:

A entidade estatal encarregada da política de equipamento escolar é a FUNDEPAR. Segundo orientação do citado órgão, somente por meio de doação do terreno é que as construções de estabelecimento escolar são autorizadas. Por essa razão, o lote referido pelo Projeto, embora tenha sido obtido pelo Estado por força de doação do Município, necessita ser transferido à FUNDEPAR, a fim de que a finalidade da doação seja alcançada.

É o que pretende o presente Projeto.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Não há oradores inscritos para o Pequeno Expediente. Concedo a palavra, no Grande Expediente, ao Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, primeiro orador inscrito.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Durante o Grande Expediente do dia de ontem ocupou esta Tribuna o nobre Deputado da Oposição Sebastião Rodrigues Júnior, que trouxe à Assembléia a comunicação de que o ilustre Sr. Secretário do Interior e Justiça havia assumido o compromisso perante a Bancada da Aliança Renovadora Nacional, de que a sua missão na Secretaria seria precipuamente orientada no sentido de extinguir a Oposição. A mim coube duvidar, não do nobre Deputado da Oposição, mas sim da afirmativa que ao Secretário do Interior e Justiça era atribuída. E assumi o compromisso de examinar com ele, Secretário do Interior e Justiça, a veracidade ou não da afirmativa que lhe foi atribuída.

Ontem mesmo consegui comunicar-me com aquele Secretário, o qual pediu-me que transmitisse não só aos membros da Oposição desta Casa, como a todos os paranaenses, de que em nenhum momento disse ou pretendeu dizer que sua missão seria precipuamente objetivada no sentido de extinguir a Oposição, até porque ele, como nós, entende que a Oposição é mais do que necessária, é indispensável à sobrevivência do regime democrático neste País.

Assim se tranquilize a Oposição, porque quem detém a Secretaria do Interior e Justiça do Paraná é um homem de profunda e enraizada formação democrática, um homem cujos ideais na vida pública sempre se pautaram e tenho certeza sempre se pautarão dentro dos princípios de convivência democrática.

Este era o esclarecimento que pretendia fazer nesta tarde aos Deputados da Oposição, pois nós, Deputados da ARENA já sabíamos, que era essa a orientação do Sr. Secretário de Justiça, especialmente ao Sr. Deputado Sebastião Rodrigues Júnior, de que em nenhum momento assim se referiu o Sr. Secretário do Interior e Justiça. Fique, pois, tranquila a Oposição, fique confiante porque da parte do Sr. Secretário de Justiça tudo será feito para preservar as mais elementares regras do jogo democrático.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Maurício Fruet.

O SR. MAURICIO FRUET — Sr. Presidente, nos termos do Regimento, transiro a palavra ao Sr. Deputado Sebastião Rodrigues Júnior para falar em nome da Liderança.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Não era meu propósito ocupar a Tribuna nesta tarde, entretanto como o nobre Deputado Luiz Roberto Soares, na condição de Líder da ARENA, aqui veio para trazer a palavra de S. Exa. o titular da Secretaria do Interior e Justiça acerca de conceitos emitidos em nosso pronunciamento de ontem, houve por bem o nobre Deputado Maurício Fruet, Líder da minha Bancada, inscrito para ocupar o Grande Expediente, delegar a este Deputado a função de aqui comparecer para dizer algumas palavras sobre o breve pronunciamento aqui proferido pelo nobre Líder da Arena.

Inicialmente, quero dizer ao nobre Deputado da minha satisfação em que os Anais desta Casa passe a conter a palavra oficial do Secretário do Interior e Justiça, uma vez que ela chegou a esta Casa através de representação tão qualificada. Fico satisfeito porque traduz, a palavra do Sr. Secretário, uma afirmação de fé nas regras do jogo democrático.

Meu pronunciamento de ontem, com referência feita ao titular da Secretaria do Interior, nasceu de informações que me haviam chegado, e de boas fontes, mereceram meu crédito, crédito que ainda não retiro. Quero apenas que fique consignado nos Anais desta Casa o meu pensamento e também as explicações do Sr. Secretário. O futuro dirá. Queira Deus que as palavras do Sr. Secretário sejam confirmadas pois dele depende a normalidade da vida política do Estado.

Mas, essas informações que me levaram...

O Sr. Luiz Roberto Soares — Sr. Deputado, já disse em aparte no dia de ontem, que me foi dado gentilmente por V. Exa., repito, já disse da minha perplexidade com relação a afirmativa de V. Exa. de que o Dr. Octávio César Pereira, mui digno Secretário do Interior e Justiça, teria se manifestado no sentido de orientar seu comportamento à frente daquela Pasta, para a extinção pura e simples da Oposição através dos chamados comandos políticos dos Srs. Deputados da Arena.

Na realidade, a questão não tem, talvez, a simplicidade que aparentemente emerge, mas, também, é preciso que se registre aqui que, também, acredito que o Dr. Octávio César Pereira não poderá e não deverá se despir da sua condição de homem da Aliança Renovadora Nacional. De maneira que é dentro desta conceituação que queria que V. Exa. colocasse o problema.

O SR. SEBASTIAO RODRIGUES JUNIOR — Agradeço o aparte de V. Exa. e não temo mesmo a pretensão de que ele se dispa de sua condição de homem da Arena. Pretendemos que vista a roupagem democrática de homem da Arena porque queremos vestir a nossa de homens de formação democrática, da Oposição. E a afirmação que chegava a meu conhecimento não era uma afirmação de quem tem a responsabilidade de dirigir uma Secretaria de coordenação jurídica, num sistema de representatividade democrática.

Quero dizer a V. Exa. que eu me sentia quase que na obrigação de entender como procedente as informações que possuía, porque eu havia escutado o pronunciamento de estreira, desta Tribuna, no Grande Expediente, do nobre Líder do Governo, e este pronunciamento se casava com as afirmações que me vinham da Secretaria do Interior e Justiça, porque dizia o nobre Deputado Ivo Tomazoni, ao término do seu pronunciamento, o seguinte:

"Fica aqui, quero crer, a palavra de confiança da Bancada da ARENA que vê em Emílio Gomes um seu representante, no Governo do Estado. E haveremos de somar esforços para nestes últimos meses de Governo, no seu trabalho levado aos paranaenses nas eleições proporcionais de 74, para mandar a esta Casa uma representação tão numerosa ou mais, como a que temos hoje, para o paranaense voltar a reafirmar a sua confiança no Governo extraordinário do Presidente Médici".

Ora, dizia eu, que as informações que tinha, eram de que o Sr. Secretário havia se pronunciado com o propósito de extinguir a Oposição. E enquanto que o nobre Líder do Governo, dizendo que vão somar esforços no sentido de ampliar a sua representação nesta Casa. É o mesmo que querer dizer a nós, sentados nesta Casa, que alguns de nós não voltarão. E a propósito do Governo, que algum de nós não retorna a esta Casa, entendo eu que se existe uma tática neste sentido, acho que como tática política é validade, quero dizer a V. Exa. Só acho que a enunciação pública dela nesta Casa, com a presença de Deputados da Oposição, se eu não fosse um profundo conhecedor do nudo, da formação democrática do nobre Deputado Ivo Tomazoni, entenderia como uma provocação, porque o pronunciamento de S. Exa., nos termos em que foi posto, pego à Casa que atente para isto: "Estamos aqui para somar esforços que nas eleições proporcionais de 74 seja mandado de volta a esta Casa, uma representação tão numerosa ou maior".

É o mesmo que dizer que vão somar esforços para que alguns dos companheiros com assento nesta Casa, aqui não retornem".

Vejam, Senhores, como ainda pretendo ser moderado no meu entendimento, porque conheço a formação democrática do Deputado Ivo Tomazoni. Mas se casava inteiramente, às informações que possuía da atitude do Sr. Secretário de Interior e Justiça, com a palavra daquele que nesta Casa exerce a nobre missão, a elevada e honrosa missão de proferir aqui o pensamento político de S. Exa. o Sr. Governador do Estado.

O Sr. Ivo Tomazoni — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

V. Exa. nobre Deputado, por favor, não interprete mal as minhas afirmações. Qual o objetivo de um Governo marcadamente arenista, se não aquele de visar o fortalecimento da sua grei partidária. Em consequência, o fortalecimento dos homens que compõem a Bancada do seu Partido nesta Casa. Eu, absolutamente, Sr. Deputado, pretendo afirmar que o fortalecimento da Arena, o aumento da representação da Aliança Renovadora Nacional, desta Casa, deveria significar a diminuição da Bancada, da valorosa Bancada do MDB. Eu, tenho em vista, Sr. Deputado Sebastião Rodrigues, que nós haveremos nas eleições proporcionais de 1974, de ter um aumento de duas ou mais cadeiras nesta Casa de Leis. Haverá de trabalhar no sentido de que estas sejam creditadas ao meu Partido e tenho certeza também de que V. Exa. haverá de fazer o papel de V. Exa.: lutar para que o aumento destas represente um benefício ao Partido da Oposição. É legítimo o que eu disse, Sr. Deputado, pode crer! e com toda a honestidade de propósitos, eu jamais pretendi, com a afirmação que fiz, diminuir o valor da Bancada do Movimento Democrático Brasileiro. Se por ventura, mesmo de leve isto ficou evidenciado, pego a V. Exa. que me perdoe; não foi essa a minha intenção.

Muito obrigado.

O SR. SEBASTIAO RODRIGUES JUNIOR — Agradeço a V. Exa. o aparte e já havia deixado claro que, embora estivesse registrado nos Anais da Casa, estas palavras, jamais as atribuiria a qualquer pretensão maldosa de V. Exa. porque conheço a sua formação democrática. Mas, o fato é que elas, foram proferidas e o diálogo de hoje possibilita inclusive V. Exa. esclarecer que se referiu ao possível aumento de representantes paranaenses nesta Assembleia. De forma que foi proveitoso, de toda maneira, o diálogo desta tarde, pois passamos os Anais da Casa a conter as palavras de cada um daqueles que estiveram envolvidos nos debates de ontem.

Porque entendo e admito mesmo que, como V. Exa. disse que o Governo do Estado representa uma grei partidária e nós também representamos um partido e a conduta política implica em medida de ordem tática, inclusive apenas que certas medidas de ordem táticas, que todos nós sabemos que existem e às vezes não devem ser enunciadas porque ferem. Disputo com V. Exa. o eleitorado de Pato Branco, mas eu jamais haveria de vir aqui dizer que eu estou me preparando para, nas próximas eleições, tomar todo o eleitorado de V. Exa. para que V. Exa. não tenha assento nesta Casa ou outro propósito político de diminuir-lo desta Tribuna, porque entendo que estaria V. Exa. numa situação de me contestar e parecendo aos nossos companheiros com assento nesta Casa que eu estive procedendo de forma um tanto incorreta.

O Sr. Ivo Tomazoni — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Sinceramente, além de uma grande honra, é também uma enorme satisfação dialogar com V. Exa. que é dotado de um espírito altamente liberal, que me permite algumas brincadeiras. V. Exa. como bom mineiro que se preza e é...

O SR. SEBASTIAO RODRIGUES JUNIOR — Bom paranaense.

O Sr. Ivo Tomazoni — Como bom paranaense, como bom mineiro de origem, naturalmente faz política no silêncio; nós, pelo contrário, sempre fazemos política aberta; jamais pretendemos esconder as nossas ações. Sei que V. Exa. haverá, segundo estou informado de se constituir num dos Deputados mais votados à Câmara Alta. V. Exa. haverá de honrar o mandato de Deputado Federal...

O SR. SEBASTIAO RODRIGUES JUNIOR — Obrigado. Que os eleitores concordem com a opinião de V. Exa. é o que mais desejo.

O Sr. Ivo Tomazoni — Sei do alto conceito que V. Exa. goza, não só do eleitorado da nossa cidade sede política, que é Pato Branco, mas em toda a região, haja visto que V. Exa. constituiu o Deputado Estadual mais votado, segundo mais votado, da representação emedebista. Jamais, Deputado Sebastião Rodrigues Júnior, eu me permitiria a levandade de pretender afirmar que o nosso fortalecimento signifique o enfraquecimento da Bancada de V. Exa. Quanto ao pronunciamento que fiz tinha em vista o aumento do número de cadeiras desta Casa. Era o esclarecimento que queira dar.

O SR. SEBASTIAO RODRIGUES JUNIOR — Está esclarecido devidamente e vem de encontro, a atitude de V. Exa., ao meu pensamento e saudação a V. Exa. pela investidura na liderança do Governo. É uma tranquilidade sa-

ber que se dispõe de um diálogo e o diálogo é a razão de nossa presença na Casa.

Quero discordar de V. Exa. quando diz, no final de seu pronunciamento, que votar nos homens da ARENA é reafirmar a confiança no Presidente Médici. Acho que V. Exa., neste entendimento, deixa S. Exa. o Presidente da República em má situação. Se V. Exa. for atentar, verá que os centros mais esclarecidos do País, como Guanabara, como as capitais regionais paranaenses Londrina, Maringá, como as grandes cidades gaúchas, os grandes centros universitários, votaram nos homens do MDB. Então o entendimento de V. Exa. de que votar na ARENA é votar no Presidente Médici pode parecer ao observador mais acurado que justamente aqueles que possuem maior cultura política, os grandes centros universitários estão votando contra o Presidente da República, e que S. Exa. o Presidente da República só possui reconhecimento, através do voto, nos centros menores onde o trabalho eleitoral é feito, como V. Exa. sabe, através do prestígio pessoal de cada um dos que militam na política regional, como o grande número que recebe V. Exa. no Sudoeste é uma homenagem, um reconhecimento que os eleitores da região prestam a V. Exa.

O Sr. Ivo Tomazoni — V. Exa. há de concordar que Curitiba é hoje, e há muitos anos, uma cidade universitária, com uma população inteligente que acompanha "pari passu" o desenvolvimento político brasileiro. V. Exa. haverá de concordar que Curitiba é um centro universitário e há de ter observado de há muito, nas eleições, a ARENA vem obtendo nesta Capital esmagadora vitória sobre o MDB.

O SR. SEBASTIAO RODRIGUES JR. — Com Prefeito nomeado.

O Sr. Ivo Tomazoni — Em todas as Capitais o Prefeito é nomeado. V. Exa. não generalizar, por favor.

O SR. SEBASTIAO RODRIGUES JR. — Estou particularizando. Quem generalizou foi V. Exa. que disse, em todas as Capitais.

Outro aspecto para o qual chamo a atenção de V. Exa., é o de que indiscutivelmente a capital cultural, a capital política deste País, quer queiram ou não, ainda é o Estado da Guanabara e lá maciçamente o povo tem votado contra a ARENA. Discordo de que o Presidente da República aprecie esta manifestação maciça, discordo porque o Paraná, que dá tudo a ele, segundo o entendimento de V. Exa. de que votar na ARENA é prestigiar o Presidente da República, nada recebe. Não temos um Ministério, não temos uma representação na alta cúpula do Governo Federal. Mas, veja um fato curioso. No Rio Grande do Sul existe uma representação do MDB quase tão forte e equivalente à representação da ARENA e o Governo destinou uma representação federal sem igual talvez na história do Governo brasileiro. Veja o número de Ministros, veja a Presidência do Banco do Brasil, até então a Presidência da Petrobrás.

Então entendo que o Presidente da República não deve gostar desta unanimidade. Ele tem prestigiado o Rio Grande do Sul que lhe dá um combate viril, um combate com dignidade.

O Sr. Ivo Tomazoni — Permito-me discordar de V. Exa. Fosse o Presidente da República paranaense e não gaúcho de nascimento, o Paraná saberia entender, por certo, a condição que o grande Estado sulino detém, hoje, na administração federal.

Quero crer que S. Exa., tenha agido, como está adivindo, também por laços afetivos. Nascido no Rio Grande do Sul, conhecendo mais os políticos daquele Estado, deve neles confiar mais do que deveria confiar nos políticos dos demais Estados. Mas, nós, paranaenses, estamos aplaudindo também, embora se lamenta a ausência dos paranaenses na administração federal. E nunca deixamos de aplaudir a ação governamental desenvolvida por esse Ministério, muito embora ele tenha, na sua maioria, homens egressos dos quadros políticos do Estado do Rio Grande do Sul. Mas, melhor para o Rio Grande do Sul que tem, na pessoa do Presidente da República um seu conterrâneo. Deus queira que o Paraná alcance, um dia, essa posição.

O SR. SEBASTIAO RODRIGUES JUNIOR — Agradeço a V. Exa., mas acho que V. Exa. se compromete, inclusive junto ao Presidente da República, porque o mandato regionalista é mandato de Vereador. E V. Exa. quando atribuiu a presença, em grande parte na administração federal, a grande parte dos benefícios que o Rio Grande do Sul recebe de S. Exa., o Sr. Presidente da República, que é de origem gaúcha, deixa muito despidido aquilo que o MDB vem criticando, justamente porque o Presidente da República é o Presidente de todos os brasileiros, S. Exa. não deve coletar os benefícios dos demais Estados para localizá-los só no Rio Grande do Sul. V. Exa. diz que aplaude o Ministério, mas se V. Exa. for acompanhar a estatística, verificará que, na Bahia, foram asfaltados mais de mil quilômetros de estradas; em Minas Gerais também, no Rio Grande do Sul, também, e, no Paraná não chegou a 150 quilômetros quadrados. Veja V. Exa., a tática discricionária para com nosso Estado. Hoje, parece que já existe concordância, já existe unanimidade mesmo entre o MDB e a ARENA quanto a esta carência de representação do Paraná no Governo Federal. Porque, nos últimos três anos, o representante de maior expressão que o Paraná teve, na área federal, o único prestigamento do Paraná na área federal, foi a inclusão de um juiz de futebol na Liga Nacional de Arbitros, para apitar os jogos do Campeonato Nacional, o Sr. Eraldo Palmerine. Essa foi a única escolha de um paranaense para uma função de ordem federal.

Com estes esclarecimentos que passarão a fazer parte dos Anais, creio que satisfiz os meus nobres Aparteantes.

O Sr. Luiz Roberto Soares — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Apenas para manifestar a minha discordância com relação a uma afirmativa de V. Exa. que considera válida, como tática política, uma forma de redundar praticamente na extinção do MDB que implicasse, ou co-implicasse, no fortalecimento da ARENA. Porque acredito que utilizando essa tática, na realidade estaria se sacrificando a estratégia pela tática. Porque, a longo prazo, todos nós que estamos querendo uma institucionalização mais rápida deste País, consideramos que a Democracia é, em sua essência, um regime de partidos políticos. E na medida em que todos os partidos políticos se fortalecerem, em última instância, quem sairá fortalecida será a democracia brasileira. De maneira que, nem como tática, não admitiria como válida qualquer orientação no sentido de apequenas a Oposição e engrandecer o Partido majoritário.

O SR. SEBASTIAO RODRIGUES JUNIOR — Agradeço a V. Exa. A tese de V. Exa. é a boa tese, é a grande tese, é a que convém ao fortalecimento, ou melhor ao restabelecimento da Democracia em nossa terra. Apenas V. Exa. há de convir que pode haver uma tática nesse sentido. Pode haver. Só admito que ela existe, mas apenas não quero que ela venha a ser proclamada na minha frente, porque me obriga a contestá-la. Apenas isso.

Agradeço a V. Exa. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência tem a grata satisfação de registrar a presença neste Plenário do Sr. Francisco de Souza, Líder político do interior e do Sr. Vereador à Câmara Municipal de Campo Largo. Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito Sr. Deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTONIO BELINATI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nosso companheiro Sebastião Rodrigues Júnior já tem abordado aspectos relacionados com o desejo do povo do Paraná de ter na pessoa do novo Governador Emílio Gomes um governo não comprometido com as tradicionais mariposas da política. Gostaríamos, nesta tarde, de abordar também o desejo do interior do Paraná, de que o novo Governo do Paraná possa, dentro de um ritmo dinâmico de trabalho, realizar aquilo que o interior já há algum tempo vem reivindicando das autoridades estaduais.

Temos regiões no Paraná onde pontes ruíram há mais de um ano e que até agora não foram reconstruídas. O caso do próprio Noroeste do Paraná, onde Prefeitos, liderados inclusive por um Prefeito que não é de nosso Partido, mas que é ex-companheiro nosso, o ex-Deputado Pinto Dias, já vêm gritando também para que aquela região que está tão mal servida de rodovias, possa agora ser atendida e olhada com carinho por parte do Governador do Estado.

O Paraná, um Estado tão rico, com uma arrecadação tão boa, não tem dado retribuição ao povo, consertando as rodovias, reconstruindo as pontes.

Vemos no campo da Assistência Social, faltando hospitais por esse Paraná agora doentes amontoados às portas dos hospitais de Curitiba, tendo que aguardar 60, 90 dias, até 4 meses, porque não há vagas. Doentes que vêm de tão longe, chegando aqui acabam morrendo e, às vezes, em condições miseráveis, porque a demora é tanta que nem sempre seu estado físico lhe permite esse compasso de espera.

O nosso desejo é que o Governador possa ampliar sua rede hospitalar, levando mais hospitais para o interior, porque são poucos os que existem. O Hospital Adauto Botelho, por exemplo, onde às vezes, para conseguirmos um internamento, somos forçados a levar de volta ao lar um doente que recebeu alta e não tem como sair de lá. As vezes um doente que nem é de nossa região, que é de outro extremo do Paraná, mas se pretendemos encaminhar alguém para o Adauto Botelho, teremos, paralelamente a taxa que somos obrigados a pagar, retirar o doente que já teve alta, ou até retirar dois para internar um.

O Sr. Olavo Ferreira — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Gostaríamos apenas de nos congratular com o pronunciamento de V. Exa. e fazer uma observação justa, de que é pensamento deste Governo que se instalou no Paraná que, através da Secretaria do Interior e Justiça, seja instalado junto a Universidade de Londrina, um Hospital Psiquiátrico, em termos sociais e que levará, também, para lá um grande presídio para a recuperação social no bom termo.

Hoje, o sistema penitenciário não admite mais o detento fechado entre quatro paredes. O objetivo é de recuperá-lo socialmente.

Portanto, nos parece, Nobre Deputado que é oportuno o seu pronunciamento e já está dentro dos planos deste Governo o atendimento dos dois pedidos que V. Exa. faz nesta tarde da Tribuna desta Assembleia.

O SR. ANTONIO BELINATI — Muito obrigado pelo seu aparte, Nobre Deputado Olavo Ferreira, que foi bastante esclarecedor.

V. Exa. nesse seu aparte, tão oportuno, afirma que o Governo pretende construir um presídio em Londrina. Queremos manifestar a nossa surpresa pelo quanto o Governo do Paraná tem dispendido para a manutenção dos presos em nosso Estado. Segundo a informação do ex-Secretário do Interior e Justiça, Dr. Mário Faraco, o Governo do Estado do Paraná tem gasto para a manutenção de presos um bilhão e duzentos milhões de cruzeiros. Ficamos surpresos pois é uma quantia, realmente, pesada para o Estado dispendir com a manutenção dos presos, apesar de defendermos o direito do preso ser bem atendido, de ser atendido com todo o espírito de justiça. Se está preso é porque cometeu algum erro, se bem que a Justiça está sujeita a algumas falhas. Já tivemos prova, depois de muitos e muitos anos a Justiça errou em sua decisão. Portanto é possível que algum inocente esteja no meio desses presos. Se o indivíduo está na penitenciária deve estar pagando algum erro e não deve ser maltratado, deve receber um tratamento humano.

Por outro lado, sabemos que o consumo dos tóxicos no Paraná é cada vez mais violento. Temos conhecimento que somente em Curitiba existem 40.000 jovens viciados em maconha, em drogas, em entorpecentes de toda a espécie. A maior incidência de viciados está na faixa dos 16 anos. Com isto tem aumentado consideravelmente a criminalidade. Temos visto crimes terríveis como é o caso ocorrido em Londrina, de duas irmãs japonesas, uma de 36 anos e outra de 14 anos. Quando estavam a caminho de casa foram abordadas não sabemos por quem, talvez algum anormal foram violentadas com toda a espécie de selvageria e quando o marido da mais velha foi procurá-la, para espanto de toda a população de Londrina, encontrou-a morta juntamente com sua irmã de 14 anos. Além deste tivemos mais dois crimes que a Polícia não conseguiu descobrir nada e, um outro crime contra uma menina de onze anos, filha do ex-Prefeito de Santo Inácio que saiu de casa a caminho da Loja Americana e depois de algumas horas foi encontrada morta nas imediações do mesmo local onde morreram as duas irmãs. Prova de que o número de viciados em Londrina é grande. E não é obra de nenhum elemento normal, deve ser de elementos tomados pelo entorpecente que inclusive não tem noção da gravidade do crime que está praticando, representando em menor proporção, esta chacina que recentemente se descobriu lá nos Estados Unidos.

O Sr. Olavo Ferreira — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Concordo plenamente com as afirmações de V. Exa., mas o problema como sabe V. Exa. não é só paranaense, nem brasileiro. Recentemente, nós estivemos nos Estados Unidos, e tivemos a oportunidade de manter contato com autoridades americanas, que estão seriamente preocupadas com o problema dos tóxicos. Segundo estatísticas norte-americanas 70% da mocidade americana está hoje dominada pelo vício e agora, parte da mocidade universitária. Como vê V. Exa. é um problema que deixou de ser paranaense, e que deixou de ser brasileiro, é um problema quase que mundial, o que lamentamos profundamente, este fato é doloroso para nós.

Nós podemos já imaginar o que poderá ser uma mocidade, de uma nação, cujo destino estará nas suas mãos dominando o mundo de amanhã. Então, realmente, é uma campanha que nós, que já passamos da mocidade, V. Exa. que é moço mas já amadurecido, chefe de família, devemos fazer uma campanha severa junto aos nossos filhos, junto à mocidade, junto às comunidades, que terão nas mãos a grande responsabilidade de dirigir o seu Estado e a sua Pátria, e evitar que o nosso País seja entregue às mãos de pessoas não normais, mas completamente confundidas com este mal que hoje assola e devassa o mundo de amanhã. Era o aparte.

O SR. ANTONIO BELINATI — Nobre Deputado Olavo Ferreira, V. Exa. tem se mostrado um grande batalhador, voltado à orientação da nossa mocidade, do nosso povo, pela sua formação religiosa como a nossa própria formação. E acrescentando ainda a nossa opinião, Nobre Deputado, sobre o combate ao tóxico, entendemos que muito pior do que um moço viciado é o traficante, porque de acordo com a LICOPAR a maior parte dos viciados é da idade de 16 anos. Uma pessoa com 16 anos não está amadurecida, não tem condições, ou melhor, não tem noção de que ao comprar entorpecentes está comprando

a destruição da sua própria felicidade. É jovem viciado, de 16 anos na escola, é sempre propagandista daquele vício. Procura sempre incutir na mentalidade dos colegas de classe de que a vida é moderna e que apesar dos conselhos de seus pais porque dizem que os pais tem mentalidade tacanha, procuram jogar os filhos contra os pais, procurando dar a entender que aquele que não ingressa naquele círculo de viciados, é um elemento também com mentalidade atrasada. Apesar dos conselhos dos pais, nos vemos aí, o moço viciando a namorada, o amigo viciando um seu colega, e assim vão se tornando, como na América do Norte, verdadeiros consumidores de entorpecentes. Daí a razão de entendermos que ao Governo, Governo forte cabe a tarefa de repelir a ação dos traficantes, porque vimos há poucos dias as autoridades militares numa ação excepcional, prenderem uma quadrilha de advogados que vinha agindo em nossa Região, Norte do Estado e o povo já estava até descrente de uma ação mais rigorosa, porque havia o chefe de uma quadrilha, Henry Conelas; este homem estava se transformando num El Capone do Paraná. Aparecia como o responsável pelos maiores furtos de automóveis em Londrina, Maringá, Arapongas, Curitiba, Porto Alegre e São Paulo. Desafiando não apenas a polícia comum, mas as próprias autoridades federais; e estava se tornando já uma piada no Norte, quando alguém tinha o seu automóvel roubado, logo o cidadão dizia, telefone perguntando quanto é a comissão do advogado que variava de 1 mil e 500 até 5 mil cruzeiros; era a comissão pelos honorários; serviços prestados do advogado. E estava até difícil para a polícia enquadrar aquela quadrilha dentro da Lei, porque ela procurava fazer tudo dentro da Lei e, por isso então, a Polícia não tinha condições de prendê-la, de enquadrá-la com essa ação tão danosa para as famílias do Norte. E com isso o mundo do crime estava se transformando, realmente, num império a ação desses advogados, que era realmente um verdadeiro furto. Nem um estranho conseguia sequer pessar perto da propriedade desses advogados em Arapongas. Eles tinham verdadeiro forte; só tinham acesso à sua propriedade os marginais que compunham alguma quadrilha.

Então as autoridades de Londrina, do Exército, da Polícia Federal, agindo em comum acordo, resolveram prender 4 ou 5 advogados que levados de avião da FAB para Brasília terão de responder, depois de tantos anos, por estes casos de roubo que vinham intranquilizando as famílias do Norte do Paraná.

O Sr. Olavo Ferreira — Sr. Deputado, não gostaria de interromper o pronunciamento de V. Exa. mas, longe a intenção de que nossos órgãos policiais de segurança não sejam tão eficientes assim para combater o crime aqui no Brasil, mas reperto-me, novamente, à última visita que fizemos aos Estados Unidos da América do Norte. Não se permite nos Estados Unidos, um automóvel andar encostado atrás do outro, como nós andamos aqui; é preciso andar a 10 ou 20 metros de distância um do outro. Não se vê um guarda rodoviário. Mas se V. Exa. numa estrada, passar do limite da velocidade, não sei de onde é que surgem mas aparecem e multam sem a maior contestação, seja quem for.

O SR. ANTONIO BELINATI — Qual a velocidade máxima que V. Exa. acha que um carro deve ter?

O Sr. Olavo Ferreira — No máximo 100 quilômetros.

O SR. ANTONIO BELINATI — Veja V. Exa. que o Governo faz propaganda alertando o motorista para não abusar da velocidade: — "não faça do seu carro uma arma, porque a vítima pode ser você"; seria mais fácil fiscalizar as próprias fábricas e não permitir que os automóveis saiam com velocímetro a mais de 100 quilômetros por hora. Por um lado põe um aviso alertando contra o excesso de velocidade e por outro permite que os carros saiam das fábricas com velocímetro até 200 quilômetros.

O Sr. Olavo Ferreira — Mas os carros deles são mais velozes do que os nossos e não há este abuso nas estradas.

Nós tivemos oportunidade de visitar Cabo Kennedy e em toda a extensão não se vê um guarda sequer. Mas o circuito fechado de TV é tão bem feito que por qualquer movimento anormal a pessoa, num décimo de segundo, é apreendida. Ninguém contesta que o órgão policial dos Estados Unidos é quase que o mais perfeito. Mas também ninguém contesta que é um dos países onde mais crimes se cometem, onde o narcótico assola a mocidade, onde lemos pelos jornais que dois jovens, depois de se saciarem, acabaram matando vinte e três outros jovens, os enterrando num terreno baldio, no quintal de uma residência. Por mais perfeito que seja o órgão policial nos Estados Unidos, crimes hediondos estão acontecendo. Acho que em nosso País os crimes acontecem em proporção até pequena. Creio que esta havendo entre a população uma revolta geral, quase sem conhecermos o porquê desta revolta. A verdade é que esta incompreensão entre irmãos, entre pais, entre filhos, entre áreas políticas, entre áreas econômicas. Há uma revolta que domina de modo geral toda a população. Os homens não se entendem. Na Argentina, no Chile, no Uruguai, no Peru, na Colômbia, na Venezuela a situação é da maior intranquilidade. O problema racial nos Estados Unidos hoje é pior do que lemos pelos jornais. Hoje estamos vivendo uma época de grande intranquilidade.

Portanto a observação de V. Exa. é válida, é perfeita, mas não encontramos muitas soluções para que tudo isto seja sanado. Mas é bom que se faça este apelo, é bom que se faça esta observação, é bom quem alguém vá a Tribuna e diga que não aceitamos esta situação em que se encontra nosso Estado, nosso País, o mundo inteiro. Mas o grito de alerta deve ser dado, principalmente por nós que representamos o povo de nossa terra.

O SR. ANTONIO BELINATI — Obrigado, nobre Deputado Olavo Ferreira. Ainda com respeito ao problema de viciados, lembramos de um levantamento feito em Curitiba que chegou a provocar uma medida rígida por parte da Secretaria de Educação e Cultura, proibindo que nas portas de estabelecimentos de ensino ficassem vendedores ambulantes porque se constatou que traficantes de entorpecentes, para destruir a felicidade de muitos lares, estavam injetando tóxicos nas laranjas, doces, chocolates e sorvetes. Uma criança, na sua maior inocência ia comprar qualquer guloseima na porta do colégio e, sem saber, sem que sua família soubesse, estava consumindo uma dose de tóxico.

Isto veio fazer com que a própria Secretaria passasse a fiscalizar os vendedores ambulantes, não permitindo que qualquer elemento ficasse à porta de grupos e colégios para vender estas mercadorias, a não ser que obtivesse uma autorização especial. Então, se o elemento é viciado que se destrua sozinho, mas não leve outros para o vício. Mas, se depender de nossa colaboração a sua recuperação para que deixe o vício praticamente fatal, então devemos nos unir, dar as mãos e salvar aqueles que estão conscientes do mal que estão praticando. Mas, aqueles que serão viciados, procuram fazer com que aumente o círculo de viciados, esses deverão ser rigorosamente punidos. Refiro-me aos traficantes que têm causado tanta infelicidade entre os jovens, sobretudo entre os estudantes.

O Sr. Olavo Ferreira — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado, nós ocupamos, por duas vezes, a Secretaria de um colégio, o Instituto Filadélfia. E, há dez anos passados, quando, pela primeira vez, ocupamos aquele cargo, fomos obrigados a chamar à Secretaria daquele estabelecimento de ensino os pais dos alunos. Porque, havia um determinado

elemento, oriundo de Curitiba, e aliás pertencente a uma família muito conhecida, que passava narcótico no intervalo das aulas, entre os alunos do estabelecimento. E nós não podíamos fiscalizar os alunos nos intervalos das aulas, e era justamente nessa hora que esse elemento entregava o narcótico através dos cigarros. E havia um médico, pai de dois alunos, ilustre médico, Dr. Zaque de Mello e que fora chamado à Secretaria quando tivemos conhecimento do que se passava com seus filhos. E ele nos tratou muito mal. Não admitiu, nem de leve, a notícia que seus filhos já estavam no caminho do vício. Após alguns anos, fomos obrigados a expulsá-los do colégio. E ainda alguns anos mais tarde, fomos, juntamente com um médico conhecido, àquela casa, e encontramos os dois jovens, nossos ex-alunos, estendidos numa sala inteiramente narcotizados, na maior crise que o narcótico pode produzir.

Então, fica aqui a pergunta: de quem é a culpa? Do Colégio que, pelo menos, tentou cumprir com sua obrigação? Não. Também a culpa não cabe aos jovens, porque são inexperientes. Mas, eu que sou pai, como V. Exa. e quase todos os Srs. Deputados, são pais, sabemos que o que está faltando é um pouco de calor humano. E aqui estamos vendo um exemplo muito bonito, o exemplo de um filho que tem um amor muito grande por seu pai, amor que chega até a loucura, pois acompanha seu pai aos trabalhos legislativos, não se contenta em tê-lo apenas em casa. Refiro-me ao Deputado Erondy Silvério que transborda de calor humano para com seu filho, e isso nós percebemos só aos olhá-los. Acho isso formidável, ter nossos filhos junto conosco, em nossos trabalhos, em nossos divertimentos, em todas nossas atividades. O que está faltando é maior senso de responsabilidade dando aos filhos aquele calor humano, a sua presença efetiva, para que eles sintam que não estão sós e também para ter aquele respeito que eles devem ter para com seus pais, é preciso que nós nos façamos respeitar. Não é uma advertência só as autoridades ou aos filhos que estão sendo contaminados, mas sim uma série de advertências aos pais que não estão dando a eles o que mais desejam, que é calor humano e amor.

O SR. ANTONIO BELINATI. — Muito obrigado Deputado Olavo Ferreira. Oportunamente, apresentaremos Requerimento ao Sr. Ministro da Justiça, solicitando que haja um combate severo, rigoroso nos Colégios, punindo até mesmo se for o caso os Diretores dos Colégios que agirem com complacência, negligentes com essa comercialização de tóxicos que tem se destacado, sobretudo dentro dos corredores dos próprios estabelecimentos de ensino, e contra os traficantes, elementos nocivos e perigosos para a mocidade. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 42 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do Expediente. — Necessita de apoio. — Apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Quielise Crisóstomo, constante do Expediente. — Necessita de apoio. — Apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 252-71, de autoria do Dep. Quielise Crisóstomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo construir, através da S.V.O.P., um prédio para funcionamento do Ginásio do Município de Bocaiuva do Sul e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 88-73, de autoria do Dep. David Federmann, que declara de Utilidade Pública a "Sociedade Espirita São Francisco de Assis de Amparo aos Necessitados", com sede na Cidade de Ponta Grossa. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 93-72, de autoria do Dep. Odilon Reinhardt, que autoriza o Poder Executivo criar um Ginásio Estadual no Distrito de Alvorada d'Oeste, Município de Cascavel, autorizando igualmente, construir através da S.V.O.P., o prédio para funcionamento do referido Ginásio e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Aprovado, artigo por artigo.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 255-70, de autoria do Dep. Wilson Fortes, que cria uma Escola Comercial em Tamboara. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 255-70

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica criada uma Escola Comercial em Tamboara, para entrar em funcionamento a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de setembro de 1970

Dep. Wilson Fortes

JUSTIFICATIVA:

O desenvolvimento de uma região avança-se não somente pelo progresso material, mas também pelo nível cultural e técnico de seus filhos. A região Noroeste, numa luta gigantesca, como aliás em toda a região setentrional de nosso Estado, conquistou um bem-estar material considerável. O progresso todavia faz com que a população jovem que deixa os bancos escolares dos ginásios ressinta-se da necessidade de um instrumento adequado às necessidades e às exigências do momento.

Efetivamente o jovem com o diploma de ginásio, ainda não possui em mãos um instrumento que o capacite para atender a demanda de nossos dias. Cremos que com o correr dos dias esse problema será sentido com mais agudeza. Ao propormos a criação de uma escola comercial em Tamboara queremos ir ao encontro das aspirações das gerações de nossos dias e proporcionar homens aptos e em condições de assumirem com maior brilho e com maior capacitação as responsabilidades que o futuro nos reserva.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 255-70

Autor: Deputado Wilson Fortes

Súmula: Cria uma Escola Comercial em Tamboara

PARECER

No projeto em tela, que visa autorizar a criação do estabelecimento de ensino temos que revelar os seguintes pontos:

1.º — É política do Governo Federal e Estadual, a ampliação tanto quanto possível da rede de ensino em todos os seus graus —, razão pela qual dezenas de estabelecimentos vem sendo criados, inclusive movimentos meritórios, como o Mobral, visando atingir até mesmo os que não podem chegar à escola, indo ela, até eles.

2.º — O Deputado Estadual é o legítimo representante do povo que sente "in loco" os problemas e, no caso, o educacional, sendo ao nosso ver o que possui o mandato do povo, para equacionar a necessidade local de um voto estabelecimento de ensino;

ASPECTO CONSTITUCIONAL

3.º — Está havendo uma controvérsia quanto a competência ou não da Assembleia Legislativa em tratar do assunto em análise, sob a afirmação de que a Casa não pode tomar a iniciativa de autorizar ou criar um estabelecimento, baseados na interpretação dos textos constitucionais que abaixo citamos:

4.º — A Constituição Federal em seu artigo 65 dispõe:

"É da competência do Poder Executivo a iniciativa das leis orçamentárias e das que abram créditos, fixem vencimentos e vantagens dos servidores públicos, concedam subvenção ao auxílio ou, de qualquer modo, autorizem, criem ou aumentem a despesa pública".

5.º — Este dispositivo é repetido em nossa Constituição Estadual em seu artigo 47:

"Compete privativamente ao Governador:

I — Iniciar o processo legislativo das leis que disponham sobre a matéria financeira, criem ou extingam cargos, funções ou empregos públicos, aumentem os vencimentos e vantagens dos servidores ou acriem a despesa bem como fixem ou modifiquem os efetivos da Polícia Militar".

O fundamento que se baseia a contradição é a de que a "Lei autoriza despesas".

ANALISE DA CAUSA EM QUESTÃO

6.º — É preciso que distingamos perfeitamente o sentido da lei em tese e o que ocorre na prática, isto é, no mecanismo que se processa da autorização até o funcionamento de um estabelecimento educacional, senão vejamos:

a) — fase autorizatória: — não implica em nenhuma despesa, senão apenas a fase inicial de um estudo localizado do problema;

b) — fase de criação: — a criação de um estabelecimento também em nada compromete financeiramente o Estado, senão na fixação pública do Governo de que criará, condicionando ao tempo necessário e as condições técnicas, o estabelecimento requerido pela população;

c) — fase de instalação: — é a fase em que o Estado tem que ter tudo previsto para o início do funcionamento, que se dá com este ato, que passará a depender de recursos financeiros, por tanto de despesas;

d) — fase de funcionamento: é aquela em que normalmente decorre o trabalho do ensino sob a égide e nome do estabelecimento com despesas normais de professores, funcionários etc..

Vê-se, pela exposição clara e objetiva de que não há nenhum dispositivo constitucional, quer Federal ou Estadual que seja contrário a autorização legislativa, que não implica nenhuma despesa, mas sim, no mero início público e oficial do equacionamento do problema, sendo portanto matéria de ordem geral, cuja faculdade é prevista na Constituição Estadual, artigo 21, onde são estabelecidas as atribuições do Poder Legislativo:

"I — Legislar sobre as matérias de competência do Estado".

ASPECTO LEGAL

O Nobre Deputado Cândido Manoel Martins de Oliveira, em seu brilhante parecer, dispois que o projeto em tela vinha colidir com a Lei normativa 4.178, em seu artigo 30, de 5 de dezembro de 1964 — Sistema Estadual de Ensino — data vêniz aos argumentos ali expendidos, discordamos de que isto ocorra pelo seguinte:

a) — A mera autorização legislativa não colide de forma nenhuma com o artigo invocado do Sistema Estadual de Ensino que diz: "Os estabelecimentos oficiais de ensino de grau primário e médio a serem mantidos pelo Estado do Paraná, serão criados por decreto do Poder Executivo, por proposta da Secretaria de Educação e Cultura".

b) — Observa-se de que a "fase autorizatória" que envolve o presente projeto de lei, é fase anterior a criatória, que envolve o artigo 30 da lei 4.178. Daí observa-se que esta lei é uma extensão, um prosseguimento àquela que autoriza.

Encerradas as observações quanto a lei autorizatória, analisemos a criatória.

A Lei 4.178, nada mais é de que um dispositivo votado pela Casa, em função da legislação vigente, sendo por outro lado a "lei que cria" um estabelecimento educacional paralela a esta genérica, com a grande vantagem de tirar o caráter geral, para fixá-lo no particular — criar o estabelecimento no "lugar tal", visando o atendimento do povo.

Não há nenhum dispositivo nesta lei que proíba a Assembleia de autorizar ou criar um estabelecimento educacional, pois se isto ocorresse, o texto teria que ser: "só serão criados por decreto do Poder Executivo, mediante proposta da Secretaria de Educação e Cultura", o que não ocorre no caso.

Finalmente, observada a inexistência real de dispositivos conflitantes, quer de ordem constitucional ou legal, opinamos pela aprovação do presente projeto de lei.

E o parecer:

Sala das Comissões, em 28 de julho de 1971

(Assinatura Illegível) — Presidente

Deputado Igo Iwant Losso — Relator

(Assinaturas Illegíveis)

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 255-70

I — O projeto em exame objetiva a criação de uma Escola Comercial em Tamboara, para entrar em funcionamento a partir do próximo ano letivo.

II — A justificativa do autor, Deputado Wilson Fortes, nos convence da necessidade da criação da Escola, razão pela qual nosso parecer é favorável. Sala das Comissões, em 2 de setembro de 1971.

Leopoldo Jacomet — Presidente
Deputado Gabriel Manoel — Relator
(Assinaturas Ilegíveis)

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA
PROJETO DE LEI N.º 255-70

Autor: Deputado Wilson Fortes

Súmula: Cria uma Escola Comercial em Tamboára, para entrar em funcionamento a partir do próximo ano letivo.

PARECER

Pretende-se, pelo presente Projeto de Lei, de autoria do Nobre Deputado Wilson Fortes, criar uma Escola Comercial em Tamboára, para entrar em funcionamento a partir do próximo ano letivo.

As Doutas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, já opinaram favoravelmente à aprovação do Projeto.

Entendendo que o desenvolvimento de uma região só alcança sua plenitude pelo nível cultural e técnico de sua população, julgamos oportuna e justa a presente iniciativa, pelo que opinamos pela sua **APROVAÇÃO**.

É o parecer.

Sala das Comissões, em
(Assinatura Ilegível) — Presidente
(Assinatura Ilegível) — Relator
(Assinatura Ilegível)

1.ª Discussão — do Projeto de Lei n.º 225-71, de autoria do Dep. Candido M.M. de Oliveira, que autoriza o Poder Executivo criar como Fundação de Direito Público, uma Faculdade de Ciências Econômicas na Cidade de Pato Branco. Pareceres favoráveis da C.C.J. C.F. e C.I.P. — **Aprovado**.

PROJETO DE LEI N. 225-71

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar, como Fundação de Direito Público, na forma prevista na Lei Federal n.º 5540, de 28 de novembro de 1968, e na Lei Estadual n.º 4978, de 5 de dezembro de 1964 (Sistema Estadual de Ensino), uma Faculdade de Ciências Econômicas, na cidade de Pato Branco.

Art. 2.º — O Poder Executivo baixará de atos necessários à constituição e funcionamento do estabelecimento de ensino criado por esta Lei.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 5.10.71

a) — Deputado Candido M. de Oliveira
JUSTIFICATIVA EM PLENÁRIO

Comissão de Constituição e Justiça

PROJETO DE LEI N. 225-71

AUTOR: Deputado Candido M. de Oliveira.

SUMULA: Autoriza o Poder Executivo, criar como Fundação de Direito Público, uma Faculdade de Ciências Econômicas, na Cidade de Pato Branco.

PARECER

O Projeto em tela, de autoria do nobre Deputado Candido Martins de Oliveira, visa autorizar o Poder Executivo a criar como Fundação de Direito Público, uma Faculdade de Ciências Econômicas, na Cidade de Pato Branco.

É política do Governo Estadual e Federal, a ampliação, tanto quanto possível da rede de ensino em todos os graus, razão pela qual dezenas de estabelecimentos vem sendo criados.

O referido projeto não fere qualquer preceito quer de ordem legal ou constitucional.

Nestas condições somos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30 de novembro de 1971

aa) Wilson Brandão — Presidente

Igo Losso — Relator

Arthur de Souza

Sebastião Rodrigues

Gilberto Carvalho

Muggiati Filho

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N. 225-71

AUTOR: Deputado Cândido M. de Oliveira

SUMULA: Autoriza o Poder Executivo a criar como Fundação de Direito Público, uma Faculdade de Ciências Econômicas, na Cidade de Pato Branco.

PARECER

Tratando-se de projeto meramente autorizatório, não há nenhum óbice na sua aprovação. O Poder Executivo, no tempo oportuno, se assim o quiser, dará os elementos financeiros para a instalação e funcionamento da Fundação. Somos, pois, pela aprovação.

Sala das Comissões, em 09 de maio de 1972.

aa) Antonio Belinati — Presidente em exercício

Antonio Lopes Júnior — Relator

Odilon Reinhardt

David Federmann

Comissão de Instrução Pública

PROJETO DE LEI N. 225-71

AUTOR: Dep. Cândido M. de Oliveira

SUMULA: Autoriza o Poder Executivo a criar, como fundação de direito público, uma Faculdade de Ciências Econômicas, na Cidade de Pato Branco.

PARECER

1.) Pretende o autor do presente plano de lei autorizar o Poder Executivo a criar, como Fundação de Direito Público, uma Faculdade de Ciências Econômicas, na Cidade de Pato Branco com apoio nas leis estadual e federal que especifica.

2.) Louvável sob todos os aspectos, a iniciativa deste projeto, porque o Estado deve dar condições de continuidade àqueles que terminam seus estudos colegiais no interior do Estado, sem obrigá-los a deslocar-se para a Capital.

3.) Desta forma, somos pela aprovação do projeto de lei em tela.

S.M.J., é o parecer.

Sala das Comissões, em

aa) — Antonio Lopes Júnior — Presidente

Alvaro Dias — Relator

Rosário Pitelli

1.ª Discussão — do Projeto de Lei n.º 12-73, de autoria do Dep. Nelson Buffara, que cria na sede do Município de Toledo, uma Circunscrição de Trânsito. Pareceres favoráveis da C.C.J. C.F. e C.P. com SUBSTITUTIVO — EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado**.

Projeto de Lei n.º 12-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica criada, na sede do Município de Toledo, uma Circunscrição de Trânsito.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1973.

Nelson Buffara

JUSTIFICAÇÃO:

A medida consubstanciada neste plano de lei, constitui justa reivindicação da comunidade toledense, que assim não mais se verá na contingência de ter que se defrontar com uma série de dificuldades e mesmo, prejuízos de ordem financeira como ocorre presentemente, para poder cumprir com suas obrigações relativamente ao serviço de trânsito. Daí esperamos mereça este projeto o acolhimento e a aprovação da Casa.

Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI N. 12-73

I — Com este Projeto de Lei pretende o ilustre Deputado Nelson Buffara criar, na sede do Município de Toledo, uma circunscrição de trânsito.

II — O objetivo da proposição nos parece das mais justas porém para melhor atender à técnica legislativa apresentamos o substitutivo anexo.

É o parecer S.M.J.

Sala das Sessões, em 9.5.73

as. ilegível — Presidente

Sebastião Rodrigues — Relator

(Ass. ilegíveis)

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI N. 12-73

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar na sede do Município de Toledo, uma Circunscrição de Trânsito.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões em,

as. ilegível — Presidente

Sebastião Rodrigues — Relator

(As. ilegível)

Comissão de Finanças

PROJETO DE LEI N.º 12-73

AUTOR: Deputado Nelson Buffara

SUMULA: Cria na sede do Município de Toledo, uma circunscrição de Trânsito.

PARECER

O Projeto de Lei em tela, de autoria do nobre Deputado Nelson Buffara, visa criar na sede do Município de Toledo uma Circunscrição de Trânsito.

A Douta Comissão de Constituição e Justiça já opinou pelo acolhimento da medida proposta.

Quanto ao aspecto financeiro que a esta Comissão cabe examinar não se insurge qualquer impedimento, pois na forma do Substitutivo apresentado pela Douta Comissão de Constituição e Justiça, a medida enfocada torna-se autorizatória ao Poder Executivo.

Desta forma opinamos pela **APROVAÇÃO** do Projeto, nos termos do Substitutivo apresentado pela C.C.J.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

as. ilegível — Presidente

Gilberto Carvalho — Relator

Comissão de Polícia

PARECER AO PROJETO DE LEI N. 12-73

SUMULA: Autoriza o P.E. a criar na sede do Município de Toledo, uma Circunscrição de Trânsito.

I) — O presente Plano de Lei já recebeu o parecer favorável nas Comissões de Justiça e Finanças, na forma do substitutivo apresentado por aquela.

II) — Tratando-se de um dos maiores e mais progressistas municípios do Estado do Paraná, nada mais justo do que proporcionar esta comodidade aos habitantes da região, os quais sofrem uma série de dificuldades com prejuízos de ordem financeira ao deslocarem-se para outro Município no cumprimento de suas obrigações junto ao Departamento de Trânsito. Nosso parecer é favorável à aprovação do Projeto na forma do Substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, em 27 de junho de 1973.

as. ilegível — Presidente

Antonio Franco Ferreira da Costa Filho — Relator

(as. ilegível)

Nelson Buffara

1.ª Discussão — do Projeto de Lei n.º 61-73, de autoria do Dep. Muggiati Filho, que fixa o número de Vereadores as Câmaras Municipais e dá outras providências. Parecer favorável da C.C.J. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado**.

Projeto de Lei n.º 61-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

SUMULA: "Fixa o número de Vereadores as Câmaras Municipais e dá outras providências".

Art. 1.º — Para os fins do disposto no art. 107, da Constituição do Estado, o número de Vereadores às Câmaras Municipais é fixado na proporção dos eleitores inscritos no respectivo município dentro dos seguintes limites, a serem observados a partir do próximo período legislativo:

a) até 32.999 eleitores 9 (nove) Vereadores;

b) de 33.000 a 38.999 eleitores, 11 (onze) Vereadores;

c) de 39.000 a 44.999 eleitores, 13 (treze) Vereadores;

d) de 45.000 a 50.999 eleitores, 15 (quinze) Vereadores;
e) de 51.000 a 56.999 eleitores 17 (dezesete) Vereadores;
f) de 57.000 a 62.999 eleitores, 19 (dezenove) Vereadores;
g) de 63.000 eleitores em diante, 21 (vinte e um) Vereadores.
Art. 2.º — A Câmara Municipal tendo em conta os dados fornecidos pela Justiça Eleitoral, no município fixará o número de Vereadores, com base nos eleitores inscritos até 30 de junho do ano em que se realizam as eleições municipais.

Art. 3.º — Dentro de 15 dias a partir da data fixada no artigo anterior as Câmaras Municipais, em sessão extraordinária, cumprirão o disposto nesta lei.

Art. 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em de abril de 1973.

José Muggiati Filho

JUSTIFICATIVA:

Objetiva o presente plano de lei adaptar à realidade constitucional o número de Vereadores às Câmaras Municipais.

A proporcionalidade estabelecida no art. 1.º do presente plano de lei tem suas raízes no art. 107, da Constituição Estadual que diz: "O número de vereadores, sempre ímpar será fixado por lei em proporção que não exceda de um para cada três mil eleitores não podendo ser inferior a nove (9) e nem superior a vinte e um (21)".

Por outro lado, a presente proposição visa, também corrigir distorções existentes em vários municípios onde o legislativo tem no mais das vezes um número de Vereadores além do determinado pela Carta Magna estadual.

A fórmula encontrada para delegar às Câmaras Municipais a fixação de seus membros visa valorizar o Poder Legislativo municipal, além de ter sido a seguida por outros Estados da Federação, notadamente o do Rio Grande do Sul.

Em face das considerações expeditas submetemos à apreciação de nossos ilustres Pares, esperando se lhe de o necessário apoio e final aprovação.

Comissão de Constituição e Justiça

PROJETO DE LEI N.º 61-73

PARECER

O ilustre deputado José Muggiati Filho, deseja estabelecer a escala numérica, prevista no art. 107 da Constituição do Estado para a fixação da composição das Câmaras Municipais.

Dispõe ainda, que as Câmaras Municipais fixarão esse número à vista dos dados fornecidos pelo órgão local da Justiça Eleitoral, até ao mês de junho precedente às eleições de vereador.

A matéria é submissa aos critérios eleitos pela Carta Estadual. no art. 107, para disciplinar a área de legiferação em exame, visto como:

- a) os totais são sempre ímpares;
- b) a proporção e a consequente fixação emergem da lei;
- c) é observada a relação de um vereador por três mil eleitores; e
- d) são respeitados os limites do mínimo de nove e máximo de vinte e um vereadores.

A iniciativa tem respaldo constitucional portanto, é procedente, enquanto que a forma obedece a recomendação do Regimento Interno, deste Poder Legislativo.

Resulta do exposto que o projeto reúne os elementos essenciais para obter desta Comissão o credenciamento habilitador a prosseguir no ulterior trâmite procedimental.

O parecer é favorável.

Sala das Comissões 27.6.73.

as. ilegível — Presidente

Sebastião Rodrigues — Relator

(Ass. ilegíveis)

1.ª Discussão — do Projeto de Lei n.º 79-73, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 45-73, que objetiva fixar novos vencimentos mensais dos cargos em Comissão de Dirigentes de Autarquias e Departamentos Autônomos, e do anexo Projeto de Lei n.º 120-73 de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 52-73, encaminhando aditamento com redação que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

MENSAGEM 45-73

Senhor Presidente

Curitiba, 26 de abril de 1973.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva fixar novos vencimentos mensais aos dirigentes de Autarquias e Departamentos autônomos conforme os valores que especifica.

O Plano de Lei ora submetido a essa Augusta Casa de Leis é altamente significativo e consulta plenamente aos superiores interesses da Administração, eis que, inspirado em recente Legislação Federal que cuida da matéria virá ensejar justa remuneração aos ocupantes de cargos de provimento em comissão diretivos de Autarquias e Departamento Autônomos.

Ressalte-se que a remuneração proposta em valores expressamente fixados, dará no seu todo, perfeita clareza com relação à condição remuneratória dos integrantes desse importante escalão administrativo evitando-se dessa forma, os grandes inconvenientes de vantagens pecuniárias de várias origens legais. Assim, o anteprojeto contém em seu artigo 4.º dispositivo segundo o qual os ocupantes dos questionados cargos não poderão perceber gratificação pela prestação de serviços extraordinários cabendo-lhes, apenas e quando for o caso, o direito ao recebimento da gratificação de representação.

Por outro lado vale ressaltar que a proposição ora formulada a essa Augusta Assembléia Legislativa significa o passo inicial no sentido de que, nos moldes da Legislação Federal específica (Decretos n.ºs 71235 e 71.236, de outubro de 1972, sejam reestudadas as remunerações de outros escalões administrativos com vistas possibilitar, também incentivos para o recrutamento de pessoas altamente qualificadas para o exercício de tais funções.

As despesas que decorrerem da execução da medida correrão à conta de verbas próprias, consignadas na vigente Lei de Meios.

Certo de que o Plano de Lei proposto merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA — Governador do Estado

Ao Excelentíssimo Senhor

Deputado JOÃO MANSUR

Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado

N.º CAPITAL.

ANTEPROJETO DE LEI PROJETO DE LEI N.º 79-73

Art. 1.º. Os vencimentos mensais dos cargos em comissão abaixo especificados, de dirigentes de Autarquias e Departamentos Autônomos, deixam de pertencer à simbologia geral e ficam expressamente fixados como segue:

AUTARQUIAS

Departamento de Estradas de Rodagem:

Diretor Geral	Cr\$ 5.000,00
Diretor Técnico	Cr\$ 4.000,00
Diretor Administrativo	Cr\$ 4.000,00

Departamento de Edificações e Obras Especiais:

Diretor Geral	Cr\$ 4.500,00
Diretores Adjuntos	Cr\$ 3.500,00

Instituto de Assistência ao Menor:

Diretor	Cr\$ 3.500,00
-------------------	---------------

Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado:

Superintendente	Cr\$ 4.000,00
Diretor do Departamento de Aplicação de Capital	Cr\$ 3.500,00
Diretor do Departamento Médico	Cr\$ 3.500,00
Diretor do Departamento de Administração Geral	Cr\$ 3.500,00
Diretor do Departamento de Previdência	Cr\$ 3.500,00

Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas:

Diretor	Cr\$ 3.500,00
-------------------	---------------

Administração de Recursos Hídricos:

Diretor	Cr\$ 3.500,00
-------------------	---------------

ÓRGÃOS AUTÔNOMOS

Departamento Estadual de Compras:

Diretor Geral	Cr\$ 4.000,00
-------------------------	---------------

Departamento Estadual do Serviço Público:

Diretor Geral	Cr\$ 4.000,00
-------------------------	---------------

Departamento de Divulgação do Estado:

Diretor Geral	Cr\$ 4.000,00
-------------------------	---------------

Art. 2.º Os ocupantes dos cargos abrangidos por esta lei não farão jus ao pagamento da gratificação pela prestação de serviços extraordinários.

Art. 3.º. As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de verbas próprias do vigente Orçamento Geral do Estado.

Art. 4.º. A extinção da simbologia dos cargos atingidos por esta lei não determinará, em nenhuma hipótese, modificação de proventos de inatividade, proventos esses que continuam tendo por base de cálculo o símbolo que era atribuído ao cargo na data da respectiva aposentadoria.

Art. 5.º. A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 79-73

O Projeto de Lei em exame, originado de Mensagem do Senhor Governador, tem por fim fixar novos vencimentos mensais aos dirigentes de Autarquias e Departamentos autônomos, conforme valores que especifica.

A matéria está bem fundamentada na Mensagem, e atende a todos os requisitos constitucionais e legais exigíveis para que esta Casa a aprove.

Pela aprovação.

É o parecer, S.M.J.

Sala das Comissões, em 30 de maio de 1973.

(Ass. ilegível) — Presidente

Dep. Quilse Crisóstomo da Silva — Relator

(Assinaturas ilegíveis)

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N.º 79-73

MENSAGEM 45-73 — Encaminhando anteprojeto de lei que objetiva fixar novos vencimentos mensais dos Cargos em Comissão, de dirigentes de Autarquias e Departamentos Autônomos.

PARECER:

O presente plano de lei encontra-se sem dúvida alguma na mais perfeita condição de receber desta Comissão, parecer favorável, tendo em vista que o mesmo obedece todos os requisitos exigidos pela Constituição Estadual.

As leis que criem cargos, funções ou empregos públicos ou aumentem os vencimentos ou despesas pública, é, única e exclusivamente da competência do Governo do Estado.

Nosso parecer é pela aprovação.

Sala das Comissões, em 27 de junho de 1973

(Ass. ilegível) — Presidente

(Ass. ilegível) — Relator

Voto vencido — (Ass. ilegível)

MENSAGEM 52-73

Senhor Presidente.

Em aditamento à Mensagem n.º 45-73, de 26 de abril próximo passado, tenho a honra de solicitar a Vossa Excelência, providências no sentido de serem acrescentadas ao tópico "AUTARQUIAS", do projeto de lei por ela encaminhado, as seguintes expressões:

"Departamento de Imprensa Oficial do Estado:

Diretor Cr\$ 4.000,00".

Certo de que a solicitação ora formulada a essa Augusta Casa de Leis merecerá o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA
Governador do Estado

Ao Excelentíssimo Senhor

Deputado JOÃO MANSUR

Digníssimo Presidente da Assembleia Legislativa do Estado

N/ Capital

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 120-73

SÚMULA: Mensagem n.º 52-73, encaminhando aditamento com redação que especifica, ao Projeto de Lei n.º 79-73.

AUTOR: Poder Executivo

PARECER

O Projeto de Lei, oriundo de Mensagem Governamental, visa acrescentar ao Projeto de Lei n.º 79-73, em tramitação nesta Casa, o tópico que especifica. Esta Comissão já aprovou o Projeto de Lei principal, isto é de n.º 79-73. Tratando-se da mesma matéria, já aprovada, somos pelo parecer favorável, pois não existe óbice de ordem legal ou constitucional.

Pelo parecer FAVORÁVEL e anexação ao Projeto de Lei n.º 79-73, pois tratam ambos da mesma matéria.

E o parecer.

Sala das Reuniões, em 13 de junho de 1973

(Ass. ilegível) — Presidente

Antônio Franco Ferreira da Costa Filho — Relator

(Assinaturas ilegíveis)

Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Iris Caldart, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo pela instalação do 2.º Grupo de Fronteira, na cidade de Cascavel. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Lopes Junior, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 74-73. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Santos Lima e Paulo Poli, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações ao Sr. General Luiz Carlos Tourinho, no momento em que, consagrando seus inegáveis méritos de oficial superior de nosso Exército, vem de ser agraciado com o título de Comendador do Mérito Militar, por indicação unânime do Conselho de Mérito Militar. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Hélio Manfrinato, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações à Diretoria da Caixa Econômica Federal do Paraná, pela inauguração hoje, da filial de Cianorte. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Diretor Superintendente do Instituto de Previdência do Estado do Paraná, no sentido de dotar o Município de Telmaco Borba, de um posto de atendimento do referido órgão previdenciário. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Secretário dos Transportes, reiterando nossas solicitações anteriores, visando seja dado início à pavimentação asfáltica do trecho rodoviário que liga a BR-277 ao lugar denominado Passa-Sete no Município de Morretes. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 23, quinta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.º 217-72, 50-73 e 110-73.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 93-72.

2.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs. 255-70, 225-71, 12-73, 61-73 e 79-73.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 353-68.

Levanta-se a Sessão.

ATAS DAS COMISSÕES:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

7.a LEGISLATURA — 3.a SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 9.a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e sete dias do mês de junho do ano de hum mil novecentos e setenta e três, na Sala de Reuniões da Divisão das Comissões, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Senhor Deputado Antônio Franco Ferreira da Costa Filho, e presente os Senhores Deputados Igo Losso, Sebastião Rodrigues Júnior, Paulo Camargo, Wilson Fortes, Antônio Lopes Junior, Quielise Crisóstomo da Silva. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, nada havendo para constar da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia: 1) — PROJETO DE LEI N.º 26-73, de autoria do Senhor Deputado Rosário Pitelli. Declara de utilidade pública o Centro Procopense de Combate ao Câncer Genital Feminino Dona Joana Athaide, da cidade de Cornélio Procopio. Relator Deputado Paulo Camargo. Parecer favorável. Aprovado. 2) — PROJETO DE LEI N.º 29-73, de autoria do Senhor Deputado David Federmann. Declara de utilidade pública a Associação do Colégio dos Anjos, da cidade de Pirai do Sul. Relator Deputado Paulo Camargo. Parecer favorável com substitutivo geral. Aprovado. 3) — PROJETO DE LEI N.º 45-73, de autoria do Senhor Deputado Igo Losso. Acresce parágrafo que especifica, ao artigo 27, da Lei n.º 5.615, de ... 11.8.67. Relator Deputado Sebastião Rodrigues Jr. Parecer favorável com Substitutivo Geral. Aprovado. 4) — PROJETO DE LEI N.º 48-73, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 33-73, encaminhando anteprojeto de Lei que aliena imóvel de propriedade do Estado do Paraná, constituído de área de terreno com antigas edificações, situadas nas ruas Emiliano Pernetá esquina

com Desembargador Westphalen. Relator Deputado Ivo Tomazoni. Parecer favorável. Aprovado. 5) — PROJETO DE LEI N.º 61-73, de autoria do Senhor Deputado Muggiati Filho. Fixa o número de Vereadores às Câmaras Municipais, e dá outras providências. Relator Deputado Sebastião Rodrigues Júnior. Parecer favorável. Aprovado. 6) — PROJETO DE LEI N.º 67-73, de autoria do Senhor Deputado Igo Losso. Declara de utilidade pública as Obras de Assistência Social e Educativa Bom Pastor, com sede na cidade de Mandaguari. Relator Deputado Sebastião Rodrigues Júnior. Parecer favorável. Aprovado. 7) — PROJETO DE LEI N.º 69-73, de autoria do Senhor Deputado Alvaro Dias. Autoriza o Poder Executivo construir, através da SVOP, uma ponte sobre o rio Tibagi, ligando o Distrito de Terra Nova ao Distrito de Tamarana, Município de Londrina. Relator Deputado Sebastião Rodrigues Junior. Parecer favorável, com Substitutivo Geral. Aprovado. 8) — PROJETO DE LEI N.º 81-73, de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério. Declara de utilidade pública o Instituto de Ensino Djanira e Assistência aos Desamparados, com sede nesta Capital. Relator Deputado Igo Losso. Parecer favorável. Aprovado. 9) — PROJETO DE LEI N.º 82-73, de autoria do Senhor Deputado Borsari Neto. Autoriza o Poder Executivo doar aos Municípios de Amaporá, Joaquim Távora e Antonina, tratores pertencentes à Secretaria de Agricultura, como específica. Relator Deputado Sebastião Rodrigues Júnior. Parecer favorável. Aprovado. 10) — PROJETO DE LEI N.º 85-73, de autoria do Senhor Deputado Quielise Crisóstomo da Silva. Autoriza o Poder Executivo celebrar convênio com o Município de Flórida, destinado a construção de um prédio para a Delegacia de Polícia local. Relator Deputado Wilson Fortes. Parecer favorável. Aprovado. 11) — PROJETO DE LEI N.º 86-73, de autoria do Senhor Deputado Quielise Crisóstomo da Silva. Autoriza o Poder Executivo celebrar convênio com o Município de Santo Inácio, destinado à construção de um prédio para a Delegacia de Polícia local. Relator Deputado Wilson Fortes. Parecer favorável. Aprovado. 12) — PROJETO DE LEI N.º 87-73, de autoria do Senhor Deputado Quielise Crisóstomo da Silva. Autoriza o Poder Executivo celebrar convênio com o Município de Lobato, destinado à construção de um prédio para a Delegacia de Polícia local. Relator Deputado Wilson Fortes. Parecer favorável. Aprovado. 13) — PROJETO DE LEI N.º 90-73, de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso. Autoriza o Poder Executivo reverter à Prefeitura Municipal de São Jorge do Ivaí, os lotes que especifica, tendo em vista sua não utilização pelo Estado aos fins que se destinavam. Relator Deputado Igo Losso. Parecer favorável. Aprovado. 14) — PROJETO DE LEI N.º 92-73, de autoria do Senhor Deputado David Federmann. Autoriza o Poder Executivo transferir ao DER, para fins de conservação e melhoria, a estrada que liga o Município de Tibagi ao de Castro. Relator Deputado Paulo Camargo. Parecer favorável. Aprovado. 15) — PROJETO DE LEI N.º 93-73, de autoria do Senhor Deputado João Mansur. Autoriza o Poder Executivo doar, através da Secretaria de Agricultura, três tratores que especifica, à Cooperativa Agrícola de Irati Ltda., com sede na cidade de Irati. Relator Deputado Igo Losso. Parecer favorável. Aprovado. 16) — PROJETO DE LEI N.º 96-73, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 48-73, encaminhando anteprojeto de lei que dispõe sobre abertura de crédito especial de Cr\$ 2.000,00, ao Orçamento Geral do Estado, para atender despesas com Salário Família do Gabinete do Governador — Casa Militar. Relator Deputado Wilson Fortes. Parecer favorável. Aprovado. 17) — PROJETO DE LEI N.º 98-73, de autoria do Senhor Deputado Gabriel Manoel. Denomina Grupo Escolar Francisco da Silva Leal, o atual Grupo Escolar de Santa Amélia. Relator Deputado Sebastião Rodrigues Júnior. Parecer favorável, com Substitutivo Geral. Aprovado. 18) — PROJETO DE LEI N.º 101-73, de autoria do Senhor Deputado Quielise Crisóstomo da Silva. Enquadra automaticamente no nível inicial da carreira e cargo relativo ao Diploma, independente de vagas ou concurso o funcionário público estadual que, houver realizado com aproveitamento cursos que especifica. Relator Deputado Wilson Fortes. Parecer favorável. Aprovado. 19) — PROJETO DE LEI N.º 103-73, de autoria do Senhor Deputado Gabriel Manoel. Autoriza o Poder Executivo doar à Prefeitura Municipal de Santa Amélia, os tratores que especifica, pertencentes à Secretaria de Agricultura. Relator Deputado Igo Losso. Parecer favorável. Aprovado. 20) — PROJETO DE LEI N.º 105-73, de autoria do Senhor Deputado Gabriel Manoel. Autoriza o Poder Executivo firmar, através do DER, convênio com a Prefeitura Municipal de Ribeirão Claro, para construção de uma ponte sobre o rio Anhumas. Relator Deputado Nelson Buffara. Parecer favorável. Aprovado. 21) — PROJETO DE LEI N.º 106-73, de autoria do Senhor Deputado Gabriel Manoel. Autoriza o Poder Executivo doar à Prefeitura Municipal de Japira, os tratores que especifica, pertencentes à Secretaria de Agricultura. Relator Deputado Igo Losso. Parecer favorável. Aprovado. 22) — PROJETO DE LEI N.º 114-73, de autoria do Senhor Deputado Borsari Neto. Autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Santo Antônio da Platina, os tratores que especifica, pertencentes à Secretaria de Agricultura. Relator Deputado Paulo Camargo. Parecer favorável. Aprovado. 23) — PROJETO DE LEI N.º 115-73, de autoria do Senhor Deputado João C. Fadel. Autoriza o Poder Executivo criar uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, na sede do Município da Lapa, e dá outras providências. Relator Deputado Igo Losso. Parecer favorável. Aprovado. 24) — PROJETO DE LEI N.º 116-73, de autoria do Senhor Deputado João C. Fadel. Autoriza o Poder Executivo transferir para jurisdição do DER, a estrada municipal que liga os Municípios de Arapoti e Pinhalão. Relator Deputado Sebastião Rodrigues Júnior. Parecer favorável. Aprovado. 25) — PROJETO DE LEI N.º 119-73, de autoria do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes. Autoriza o Poder Executivo estadualizar a Rodovia do Papel, trecho compreendido da Rodovia do Café a cidade de Telmaco Borba. Relator Deputado Wilson Fortes. Parecer favorável. Aprovado. 26) — PROJETO DE LEI N.º 126-73, de autoria do Senhor Deputado Cândido Manuel Martins de Oliveira. Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Professores do Grupo Escolar Professor Cleto. Relator Deputado Paulo Camargo. Parecer favorável. Aprovado. 27) — PROJETO DE LEI N.º 129-73, de autoria do Senhor Deputado João C. Fadel. Regulamenta distribuição de matéria de divulgação ou publicidade, pelos órgãos da administração direta ou indireta do Poder Executivo, e dá outras providências. Relator Deputado Paulo Camargo. Requer seja anexado ao Projeto de Lei n.º 94-73, que trata da mesma matéria. Aprovado. 28) — PROJETO DE LEI N.º 131-73, de autoria do Senhor Deputado David Federmann. Declara de utilidade pública o Serviço de Obras Sociais — SOS — com sede em Ponta Grossa. Relator Deputado Paulo Camargo. Requer seja convertido em diligência junto à Entidade a fim de anexar documentos necessários ao processo. Deferido. 29) — PROJETO DE LEI N.º 133-73, de autoria do Senhor Deputado Borsari Neto. Autoriza o Poder Executivo doar à Escola Técnica Federal do Paraná, o imóvel de propriedade do Estado, situado à Avenida 7 de Setembro esquina com Desembargador Westphalen, com área que especifica. Relator Deputado Paulo Camargo. Parecer favorável. Aprovado. 30) — PROJETO DE LEI N.º 136-73, de autoria do Senhor Deputado Borsari Neto. Autoriza o Poder Executivo doar à Escola Técnica Federal do Paraná, o imóvel de propriedade do Estado, situado

à Rua Marechal Floriano Peixoto, esquina com a Avenida 7 de Setembro. Relator Deputado Paulo Camargo. Parecer favorável. Aprovado. 31) — PROJETO DE LEI N.º 173-72, de autoria do Senhor Deputado Cândido Martins de Oliveira. Autoriza o Poder Executivo transferir ao DER, para fins de conservação e melhoria, a estrada municipal que liga Ouro Fino e Freguesia, no Município de Almirante Tamandaré. Relator Deputado Paulo Camargo. Parecer favorável. 32) — PROJETO DE LEI N.º 190-72, de autoria do Senhor Deputado Luiz Roberto Soares. Inclui na lista para promoção por merecimento à entrada especial, os Agentes do Ministério Público de Entrância Intermediária conforme específica, e dá outras providências. Relator Deputado Antônio Lopes Júnior. Parecer contrário. Aprovado. 33) — PROJETO DE LEI N.º 194-72, de autoria do Senhor Deputado Borsari Neto. Inclui no artigo 129, da Lei n.º 6.174, de 16.11.70, o inciso que especifica. Relator Deputado Igo Losso. Parecer contrário. Aprovado. 34) — PROJETO DE LEI N.º 213-72, de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério. Declara de utilidade pública o Círculo de Trabalhadores Cristãos da Planta Capão Raso, com sede nesta Capital. Relator Deputado Paulo Camargo. Requer seja convertido em diligência junto à Entidade. Deferido. 35) — PROJETO DE LEI N.º 216-72, de autoria do Senhor Deputado Domicio Scaramella. Ex-Emenda ao Projeto de Lei n.º 195-72, dá nova redação ao parágrafo 2.º do artigo 24 do projeto acima. Relator Deputado Sebastião Rodrigues Júnior. Parecer favorável com substitutivo anexo. Aprovado. 36) — PROJETO DE LEI N.º 243-69, de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério. Autoriza o Poder Executivo declarar de utilidade pública o imóvel situado na Avenida Batel, 1323, com a finalidade de ali instalar o Museu de Arte do Paraná. Relator Deputado Paulo Camargo. Parecer pelo arquivamento. Aprovado. 37) — PROJETO DE LEI N.º 264-69, de autoria do Senhor Deputado Fuad Nacli. Cria uma Circunscrição de Trânsito no Município de Bandeirantes, com jurisdição que especifica. Relator Deputado Sebastião Rodrigues Júnior. Parecer pelo Arquivamento. Aprovado. 38) — PROJETO DE LEI N.º 688-66, de autoria do Senhor Deputado Túlio Vargas. Com sede e divisas que especifica, cria o Distrito Administrativo e Judiciário de Mariza, no Município de São Pedro do Ivaí. Relator Deputado Paulo Camargo. Parecer contrário. Aprovado. 39) — PROJETO DE RESOLUÇÃO 43-73, de autoria do Senhor Deputado Cândido Manuel Martins de Oliveira. Acrescenta ao Regime Interno — Capítulo V, das Comissões, a Seção VI, do Credenciamento de entidades. Relator Deputado Paulo Camargo. Parecer favorável. Aprovado. 40) — PROPOSIÇÃO N.º 1-73, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 73-73, encaminhando cópia do convênio celebrado entre o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral e o Governo do Estado, visando implantação do Sistema Estadual de Planejamento, Orçamento e Modernização Administrativa. Relator Deputado Antônio Loper Júnior. Parecer favorável com Projeto de Resolução. Aprovado. 41) — PROPOSIÇÃO N.º 21-73, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 6-73, encaminhando cópias dos convênios entre o Governo do Estado e os Municípios de Carlópolis, Guarapuava, Santa Amélia, Palmas, Jussara e Maringá, com fins que especifica. Relator Deputado Sebastião Rodrigues Júnior. Parecer favorável com Projeto de Resolução. Aprovado. 42) — PROPOSIÇÃO N.º 88-73, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 19-73, encaminhando cópias dos convênios firmados entre o Governo do Estado, e o Município da Lapá, para fins que especifica. Relator Deputado Sebastião Rodrigues Júnior. Parecer favorável com Projeto de Resolução. Aprovado. 43) — PROPOSIÇÃO N.º 143-73, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 51-73, encaminhando cópia dos convênios firmados entre o Governo do Estado e os Municípios de Capitão Leonidas Marques, Céu Azul, Faxinal, Pinhalão e Querência do Norte, com os fins que especifica. Relator Deputado Ivo Tomazoni. Parecer favorável com Projeto de Resolução. Aprovado. Foram apresentados, votados e aprovados os relatórios apostos às PROPOSIÇÕES N.ºs. 130-73 — 141-73 — 152-73 — 154-73 — 155-73 — 156-73 — 160-73 — 162-73 e 165-73, todos concluindo que

os VETOS estão em condições de serem apreciados pelo Plenário. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais, para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada por todos os Membros desta Comissão, será assinada pelo Senhor Presidente, Deputado Antônio Franco Ferreira da Costa Filho, e por mim, Rita Celestino Soares, Secretária.

aa) Dep. Antônio Franco Ferreira da Costa Filho — Presidente
Rita Celestino Soares — Secretária

COMISSÃO DE FINANÇAS

7.a LEGISLATURA — 3.a SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 4.a REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos dois dias do mês de agosto do ano de hum mil novecentos e setenta e três, na Sala das Comissões, às 16,30 horas, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Finanças, sob a Presidência do Senhor Deputado Quielse Crisóstomo da Silva, contando com as presenças dos Senhores Deputados João C. Fadel, Francisco Escorsin, Gilberto Carvalho e Alvaro Dias. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou aberto os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se a Ordem do Dia quando foram relatados os seguintes projetos: PROJETO DE LEI N.º 26-73 — de autoria do Senhor Deputado Rosário Pitelli, que dispõe digo, que declara de utilidade pública, o Centro Procopense de Combate ao Câncer Genital Dona Joana Athaide, da cidade de Cornélio Procopio. Relator Senhor Deputado Francisco Escorsin, parecer favorável, aprovado. PROJETO DE LEI N.º 66-73 — de autoria do Senhor Deputado Leopoldo Jacomet que autoriza o Poder Executivo transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para efeito de retificação e pavimentação, o trecho de estrada que liga Piraquara com a estrada de Curitiba - Paranaguá (BR-277). Relator Senhor Deputado Francisco Escorsin, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 88-73 — de autoria do Senhor Deputado David Federmann, que declara de utilidade pública a "Sociedade Espírita São Francisco de Assis de Amparo aos Necessitados", com sede na cidade de Ponta Grossa. Relator Senhor Deputado Alvaro Dias, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 93-73 — de autoria do Senhor Deputado João Mansur, que autoriza o Poder Executivo doar através da Secretaria de Agricultura, três tratores marca "John Deer-730", a Cooperativa Agrícola de Irati Ltda., com sede na cidade de Irati. Relator Senhor Deputado Francisco Escorsin, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 96-73 — de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 48-73, encaminhando anteprojeto de lei que dispõe sobre abertura de crédito especial no valor de Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros), ao Orçamento Geral do Estado, para atender despesas com salário família do Gabinete do Governador — Casa Militar. Relator Senhor Deputado João Fadel, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 101-73 — de autoria do Senhor Deputado Quielse C. da Silva, que enquadra automaticamente no nível inicial da carreira e cargo relativo ao diploma, independente de vagas ou concurso, o funcionário público estadual que, houver realizado com aproveitamento cursos que especifica. Relator Senhor Deputado João Fadel, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 110-73 — de autoria do Senhor Deputado Antonio Franco F. da Costa Filho, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Morretes, 3 (três) tratores e 3 (três) grades hidráulicas de 3 pontos, na forma que especifica. Relator Senhor Deputado Alvaro Dias, parecer favorável — aprovado. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual para constar, eu Teresinha Barbosa de Moura e Claro, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Secretária, para que produza os efeitos legais.

aa) Quielse C. da Silva — Presidente
Teresinha B. de Moura e Claro — Secretária